

<i>Abreviaturas e siglas</i>	VII
<i>Apresentação da 19ª edição</i>	XI

PARTE I
DAS PARTES

Capítulo I
CONCEITO DE PARTE E NOÇÕES GERAIS

1. Das partes.....	3
1.1. Conceito de parte	3
1.2. Da aquisição da qualidade de parte.....	6
1.3. Quem o autor e quem o réu.....	6
2. Da pluralidade de partes — arts. 46/49 do CPC.....	7
2.1. Do litisconsórcio. Noções gerais.....	7
2.2. Modalidades de litisconsórcio.....	8
2.3. Do litisconsórcio passivo necessário, unitário e não unitário.....	9
2.4. Do litisconsórcio ativo necessário.....	11
2.5. Do litisconsórcio ativo facultativo, unitário e não unitário.....	12
2.6. Do litisconsórcio facultativo multitudinário	13
2.7. Do litisconsórcio alternativo e do litisconsórcio subsidiário ou eventual	13
2.8. Código Civil — art. 274	14

Capítulo II

PRINCÍPIOS REFERENTES ÀS PARTES

3. Princípio da dualidade de partes	15
4. Princípio da igualdade das partes.....	18
5. Princípio do contraditório	19

Capítulo III

DA CAPACIDADE PARA SER PARTE

6. Dos pressupostos processuais subjetivos	21
7. Das pessoas capazes para ser parte. Das pessoas “formais”.	21
7-A. Da capacidade para ser parte perante os Juizados Especiais estaduais e federais	26

Capítulo IV

DA LEGITIMAÇÃO PARA O PROCESSO

8. Conceito	29
9. Da capacidade processual plena.....	29
9.1. Da mulher casada.....	29
9.2. Das pessoas jurídicas	31
9.3. Das pessoas jurídicas estrangeiras	32
9.4. Das associações, sociedades e entidades sem personalidade jurídica	32

Capítulo V

DA CAPACIDADE PROCESSUAL SUPRIDA

10. Casos de incapacidade absoluta e relativa	33
11. Do suprimento da incapacidade	36
12. Do curador especial (CPC, art. 9º).....	38

XIV

Capítulo VI
DA LEGITIMAÇÃO PARA A CAUSA

13. Conceito de legitimação <i>ad causam</i>	41
13.1. Legitimação como “coincidência em tese”	41
13.2. Legitimação predeterminada	42
13.3. Legitimação como ponto de conexão entre o direito material e o direito processual	44
14. Legitimação <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i>	45

Capítulo VII
DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

15. Noções gerais	47
16. Casos de substituição processual	48
17. Da ação civil pública.....	51
18. Substituição processual, representação e apresentação	55

Capítulo VIII
DA PARTE VENCEDORA

19. Parte, parte legítima e parte vencedora	57
---	----

Capítulo IX
DA SUCESSÃO DAS PARTES

20. Da sucessão (ou substituição) das partes no curso do processo	59
21. Da alienação do bem litigioso.....	60

Capítulo X
DA CAPACIDADE POSTULACIONAL

22. Da representação por advogado	63
---	----

PARTE II
DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

Capítulo XI

CONCEITO DE TERCEIRO

23. Terceiro e sua intervenção no processo pendente	69
23.1. Conceito de terceiro	69
23.2. Terceiro e interesse na demanda	70
23.3. Ingresso do terceiro no processo pendente	72
24. Casos de proibição da intervenção de terceiro	74
24.1. Da proibição nas demandas sob rito sumaríssimo, perante os Juizados Especiais estaduais e federais	74
24.2. Das limitações previstas no Código de Defesa do Consumidor	76
24.3. Da proibição nas ações diretas sobre constitucionalidade	78
24.4. Das limitações previstas no Código de Processo Civil. Denúnciação do segurador	78
24.5. Arbitragem e intervenção de terceiros	80

Capítulo XII

NOÇÕES GERAIS SOBRE OS CASOS DE INTERVENÇÃO

25. Assistência	83
26. Oposição	84
27. Nomeação à autoria	84
28. Denúnciação da lide	85
29. Chamamento ao processo	86
29-A. Recurso de terceiro prejudicado	86

Capítulo XIII

CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE INTERVENÇÃO

30. Intervenção espontânea e intervenção provocada	87
--	----

31. Intervenção por “inserção” e por ação	88
32. Posições processuais do terceiro	88

Capítulo XIV

OPOSIÇÃO

33. Noções gerais	91
34. Procedimento na ação de oposição	92
35. Casos de oposição como processo autônomo	94
36. Situações particulares na oposição.....	95
37. Natureza da ação de oposição	96
37-A. Casos em que não cabe oposição.....	97

Capítulo XV

NOMEAÇÃO À AUTORIA

38. Noções gerais	99
39. Rito e regra da dupla concordância.....	100
40. Prazo para o nomeante contestar.....	103

Capítulo XVI

DENUNCIÇÃO DA LIDE

41. A dupla finalidade da denúncia	105
42. Da relação de “prejudicialidade”	108
43. Da “obrigatoriedade” da denúncia	109
44. Denúncia da lide nos casos de evicção.....	110
44.1. Conceito de evicção	110
44.2. A evicção nem sempre pressupõe sentença	111
44.3. Evicção e devolução do preço pago.....	112
44.4. Evicção do réu e evicção do autor	114
45. Denúncia da lide pelo possuidor direto — art. 70, II	116
45.1. Evicção nos casos de transferência da “posse” ou “uso”	116

45.2. Objetivos da denunciação a quem exerça a posse direta da coisa demandada.....	117
45.3. Formação da coisa julgada contra o denunciante e também contra o denunciado.....	119
46. Denunciação da lide pelo titular de pretensão regressiva — art. 70, III — problema do fundamento novo	119
47. Denunciação pela pessoa jurídica de direito público ao servidor responsável pelo dano.....	124
47-A. Denunciação às empresas de resseguro, inclusive ao IRB — Brasil Resseguros S.A.....	127
47-B. Denunciação ao segurado, em ação promovida pela vítima do dano diretamente contra a seguradora — CC, arts. 757, 787 e 788.....	129
48. Da possibilidade de ação regressiva em processo autônomo	132
49. Procedimento na denunciação da lide pelo autor.....	135
50. Procedimento na denunciação da lide pelo réu.....	136
50-A. A denunciação está sujeita ao liminar indeferimento	138
51. A denunciação é instituto típico do processo de conhecimento	139
51-A. Denunciação da lide e prazo em dobro.....	141
52. Prazos para a citação do denunciado	141
52.1. Sanção para a não observância dos prazos	141
52.2. Subsistência da ação autônoma regressiva nos casos de demora sem culpa do denunciante.....	142
53. Problemas das denunciações “sucessivas”.....	143
53.1. Art. 73 do Código de Processo Civil e a possibilidade da denunciação <i>per saltum</i>	143
53.2. Possibilidade da denunciação “coletiva”.....	145
53.3. Possibilidade de o juiz indeferir sucessivas denunciações da lide	146
54. Casos de “nomeações” ou de “denunciações” ineptas ou descabidas	147
54.1. Do indeferimento, em princípio, de tais intervenções anômalas	147

54.2. Da orientação jurisprudencial em situações “peculiares”	149
55. Conduta do denunciado, na denunciação pelo réu.....	150
56. Procedimento no caso de “aceitação” da denúncia. Possibilidade de execução “direta” do autor contra o denunciado	150
56.1. O denunciado como “litisconsorte” do denunciante, sujeito à coisa julgada da ação principal.....	150
56.2. Ainda a coisa julgada em face do denunciado.....	152
56.3. Da execução pelo autor contra o denunciado, com “flexibilização” do sistema	153
56.4. Ainda a execução “direta” contra o denunciado.....	154
56.5. Da antecipação de tutela nos casos de denunciação da lide	156
57. Procedimento caso o denunciado não atenda à denunciação	158
58. Procedimento nos casos de confissão, ou de reconhecimento do pedido pelo denunciado	159
58-A. Procedimento nos casos de reconhecimento do pedido, ou transação na ação principal	159
59. Eficácia da sentença nos casos de denunciação da lide	160
60. Em tema de recursos na denunciação da lide.....	162
61. Honorários de advogado e despesas na denunciação da lide	164

Capítulo XVII

CHAMAMENTO AO PROCESSO

62. Noções gerais	169
62.1. Distinção entre chamamento e denunciação.....	169
62.2. Pressupostos para o exercício do chamamento.....	170
62.3. Vantagens processuais do chamamento	172
62.4. O chamamento como ampliação subjetiva do polo passivo da relação processual	172
63. Casos de chamamento ao processo	173
63.1. Chamamento do devedor “principal”	173

63.2. Chamamento do cofiador.....	175
63.3. Chamamento do devedor solidário	175
63.4. Obrigação solidária não contratual.....	176
63.5. Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor	177
63.6. Do chamamento ao processo na ação de alimentos — CC, art. 1.698.....	178
63.7. Chamamento do segurador ao processo na ação por responsabilidade civil promovida pela vítima contra o segurado — CC, art. 787	180
63.8. Chamamento ao processo e execução.....	181
63.9. Chamamento e processo cautelar	182
64. Procedimento no chamamento ao processo.....	182
64-A. Chamamento ao processo e honorários de advogado	183
65. Eficácia da sentença nos casos de chamamento ao processo	184
65-A. Solidariedade passiva e chamamento ao processo.....	186

Capítulo XVIII

ASSISTÊNCIA

66. Noções gerais	189
66.1. Da assistência como forma de “inserção” do terceiro na relação processual.....	189
66.2. Do interesse “jurídico” como requisito à admissão do assistente.....	190
67. Pressupostos de admissibilidade e procedimento na assistência	192
67.1. Da causa pendente — processos de conhecimento, execução e cautelar	192
67.2. Do ingresso do assistente.....	194
67.3. Do assistente como “coadjuvante” do assistido.....	195
67.4. Procedimento na admissão como assistente	196
68. Da assistência no mandado de segurança	197
68.1. Tratamento doutrinário do tema	197

68.2. Novos argumentos pela admissibilidade da assistência.....	200
68.3. Da linha evolutiva do instituto da assistência no <i>mandamus</i>	201
69. Assistência adesiva e assistência litisconsorcial.....	202
69.1. Assistência simples.....	202
69.2. Assistência litisconsorcial.....	202
70. Poderes processuais do assistente adesivo.....	204
71. Poderes processuais do assistente litisconsorcial.....	206
71-A. Da intervenção da União Federal — Lei n. 9.469/97.....	207
71-B. Da intervenção de <i>amicus curiae</i>	211
71-C. Intervenção do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, nos termos da Lei n. 9.279/96 — Lei da Propriedade Industrial.....	215
71-D. Da intervenção da OAB, na qualidade de assistente.....	217
72. Assistência e disponibilidade sobre o objeto do litígio.....	217
72.1. Assistência e autocomposição da lide.....	217
72.2. Assistência litisconsorcial e “sucessão” na relação processual.....	218
73. Assistência e efeitos da sentença.....	219
74. Da coisa julgada e do assistente litisconsorcial.....	221
74.1. Assistência litisconsorcial e extensão da coisa julgada.....	221
74.2. Posições da doutrina.....	222
74.3. Limitação da coisa julgada somente às partes.....	223

Capítulo XIX

RECURSO DE TERCEIRO PREJUDICADO

75. Noções gerais. Legitimação para recorrer.....	225
76. Do nexó de interdependência.....	228
77. Procedimento recursal.....	229

Capítulo XX

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, *DE LEGE FERENDA*

78. Texto do anteprojeto de reforma	231
79. Conceituação de litisconsórcio — art. 47 do CPC	235
80. Da “nomeação”, alterações sugeridas	237
81. Dos casos de denúncia da lide	243
82. Alterações sugeridas aos arts. 75 e 76 do CPC	247
83. Um novo caso de chamamento ao processo	250
84. Do <i>amicus curiae</i>	252
85. Normas de encerramento	253

ANEXO

Acórdãos do Superior Tribunal de Justiça sobre intervenção de terceiros	255
--	-----

<i>Índice onomástico</i>	351
--------------------------------	-----

<i>Índice por assuntos</i>	355
----------------------------------	-----

<i>Bibliografia</i>	361
---------------------------	-----